

Escola de período integral na regional de Xanxerê: funcionamento, limitações e possibilidades na perspectiva da gestão democrática

Helga Corrêa Dal Bó Marin*

Rosicler Felippi Puerari**

Resumo

As escolas de período integral tem sido uma tentativa de unir fatores que possam suprir falhas educacionais e sociais em um mesmo momento, sendo normalmente inseridas em comunidades economicamente carentes. Com o objetivo de identificar e estabelecer um diagnóstico do funcionamento das escolas de período integral, com ênfase em uma Unidade Escolar pertencente à Regional Xanxerê, faz-se necessária a compreensão da prática, da gestão e do currículo escolar, bem como propor possibilidades de organização da escola em período integral. O estudo descreve o funcionamento da unidade escolar em estudo, abrangendo aspectos de currículo, gestão e qualidade da educação. Foram analisados dados fornecidos pela própria escola, realizadas observações da metodologia de trabalho dos profissionais e do funcionamento geral, bem como as orientações legais determinadas pela Secretaria de Educação de Santa Catarina. Por meio do desenvolvimento do presente estudo, foi possível observar que há necessidade de identificar falhas e apontar prováveis soluções para problemas e dificuldades, o que é possível mediante avaliação institucional, que ainda não está presente

* Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Santa Catarina; graduada em Letras pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; acadêmica do curso de Licenciatura em Informática pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Assistente Técnica-pedagógica da Escola de Ensino Fundamental Alexandre Antonioli; helgamarin@gmail.com

** Mestre em Ciência da Computação; Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina *campus* Xanxerê; rosicler.puerari@unoesc.edu.br

na escola analisada. Foi ainda observado que os problemas de aprendizagem e indisciplina, por exemplo, são em grande parte, resultado da falta de uma gestão realmente democrática e que articule possibilidades de melhoria na qualidade das aulas, pois a metodologia de trabalho é a limitação para a qualidade.

Palavras-chave: Escola de período integral. Gestão escolar. Gestão escolar democrática. Qualidade escolar.

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê a possibilidade de ampliação de oportunidades educacionais e tempo de permanência em ambiente escolar. A proposta de uma escola que funcione em período integral vem na tentativa de unir fatores que possam suprir falhas educacionais e sociais em um mesmo momento, por isso a inserção atual das escolas de tempo integral no Estado de Santa Catarina, em comunidades economicamente carentes, vem sendo uma boa prática. A partir de 2003 surgiu a possibilidade de algumas Unidades Escolares estaduais adotarem o funcionamento diferenciado, proporcionado pela Escola Pública Integrada (EPI).

Com a necessidade de realizar um estudo dirigido à realidade local, conferiu-se estes estudos à uma Unidade Escolar de Ensino Fundamental, pertencente à Regional de Xanxerê, destacando as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, com o objetivo de compreender a prática, gestão e o currículo escolar.

2 ESCOLA EM PERÍODO INTEGRAL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA

Ao se iniciar um estudo e análise da escola pública de funcionamento em tempo integral, em especial em Santa Catarina, na Regional de Xanxerê, tendo uma Unidade Escolar como foco ainda maior, é oportuno que se entenda alguns pontos peculiares a este tema, para, posteriormente, partir para o objeto de estudo que se caracteriza pela análise de alguns fatores educacionais da escola citada.

O período integral, no Brasil apresentou oportunidades de aprendizagem e socialização importantes, principalmente ao se tratar de escolas que atendiam

comunidades desfavorecidas economicamente. Dessa forma, foi possível, em muitos casos, proporcionar chances de crescimento intelectual e cultural por meio de atividades diversificadas, visando um desempenho equivalente a alunos com a possibilidade do ensino privado. Porém, ainda há que se estar ciente de que o alto custo, a falta de planejamento das atividades oferecidas e por muitas vezes funcionar apenas como “depósito de crianças”, é ao que se deve o insucesso de muitas propostas até a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 1996, com a LDB n. 9.394/96, houve a previsão de um aumento do tempo de permanência na escola. Muito poderia ser dito e analisado, ao se comparar a legislação e suas influências no cotidiano escolar, na prática dos profissionais da educação e no processo de implantação do período integral, bem como suas implicações, especialmente em Santa Catarina, que inicia a experiência na rede estadual sete anos depois do declarado na legislação nacional. Contudo, ao se observar a realidade escolar e a proposta da Escola Pública Integrada (denominação do período integral na rede estadual de Santa Catarina), encontram-se situações e motivos diferenciados que levaram a equipe gestora, a comunidade escolar e demais envolvidos a adotarem a proposta.

2.1 ESCOLA DE PERÍODO INTEGRAL: A MOTIVAÇÃO

As escolas da Regional de Xanxerê que optaram por iniciar em 2004 com o programa, possuíam algumas características comuns: espaço físico que estavam localizadas em municípios ou comunidades economicamente desfavorecidas e se dispuseram a assumir uma situação nova e desafiadora, além de profissionais habilitados, sendo que estes eram efetivos e não possuíam aulas suficientes para a carga horária de sua efetivação.

2.2 CURRÍCULO

Um currículo para Escola Pública Integrada necessita ser “aberto” e estar em conformidade com as particularidades da instituição de ensino, não podendo ser diferente na escola pesquisada. Para tanto, a opção de grade curricular, em um primeiro momento, era um fator muito mais pedagógico e organizacio-

nal do que burocrático, sendo, contudo, que em muitos momentos, pela opção de trabalho associado, de forma a ter um profissional integral em cada turma, houvesse o excesso de escolarização. Nesse sentido, os conteúdos e atividades regulares foram somente ampliados e intermediados por algumas outras atividades de ordem recreativa ou lúdica, atividades estas que necessitaram ser repensadas em seguida, com a definição da grade curricular (Quadro 1).

Quadro 1

(Continua)

MATRIZ EPI - 1ª A 4ª SÉRIE

GRADE NO SISTEMA Nº 124 3
 CURSO: Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)
 Número de Dias Letivos: 200
 Carga horária mínima: 800 h
 Carga horária Período Integral:
 Duração da Hora/Aula: 45 minutos

EXCO/ HABILITAÇÃO	DISCIPLINAS/CÓDIGOS	Nº de aulas	OBS	
BASE COMUM – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS				
PEDAGOGO AREA 01	Português – 202	20 h		
	Matemática – 301			
	Ciências - 612			
	Geografia – 302			
	História – 304			
	Ensino Religioso - 611			
ÁREA 02	Artes - 628	02		
	Ed. Física - 307	03		
SUB - TOTAL		25		
PARTE DIVERSIFICADA – ÁREA 2				
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO	Letras	EPI/Literatura 1 – 1482	02	No mínimo 02 aulas
		EPI/Literatura 2 – 1483	04	
	Língua Estrangeira	EPI/Inglês – 1484	02	
		EPI/Espanhol – 1485		
		EPI/Francês - 1486		
		EPI/Alemão – 1487		
		EPI/Italiano – 1488		
	Artes	Artes/ Música – 1489	02	No mínimo 02 aulas
		Artes Plásticas 1 – 1490	01	
		Artes Plásticas 2 – 1491	02	
		Artes Cênicas 1 – 1492	01	
		Artes Cênicas 2 – 1493	02	
		Artes/Artesanato 1 – 1494	01	
		Artes/Artesanato 2 – 1495	02	
	Educação Física	Ed. Física/Dança 1- 1496	01	No mínimo 02 aulas
		Educação Física/Dança 2 – 1497	02	
		Educação Física/Esporte 1 – 1498	01	
		Educação Física/Esporte 2 – 1499	02	
		Educação Física/Esporte 3 - 1500	03	
		EF/Cultura e Movimento 1 - 1501	01	
	E F/Cultura e Movimento 2 - 1516	02		

(Conclusão)

CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	Ciências/Iniciação e Pesquisa 1- 1502	01	No mínimo 02 aulas
	Ciências/Iniciação e Pesquisa 2 – 1515	02	
	Ciências/ Ed. Tecnológica 1 - 1503	01	
	Ciências/ Ed. Tecnológica 2 - 1514	02	
	Mat/ Jogos Matemáticos 1 - 1504	01	
	Mat/ Jogos Matemáticos 2 - 1513	02	
HISTÓRICO E SOCIAL	EPI/Turismo 1 – 1505	01	No mínimo 01 aula
	EPI/Turismo 2 – 1512	02	
	EPI/ Sociologia 1 – 1511	01	
	EPI/ Sociologia 2 – 1510	02	
	EPI/Filosofia 1 – 1506	01	
	EPI/Filosofia 2 – 1509	02	
	História/História Local 1 – 1507	01	
	História/História Local 2 - 1508	02	
TOTAL			

Fonte: www.sed.sc.gov.br

Citando o sítio de internet da Secretaria de Educação de Estado Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2008):

Quanto à Grade Curricular, cada escola vai definir a sua, fazendo opção não só pelas disciplinas que tenham mais afinidade com a escola como também pelo número de aulas possíveis (máximo de 25 e mínimo de 15 horas/aula) de inserir no dia-a-dia da escola, respeitando as características regionais e locais da comunidade.

Contudo, ao tratar da definição de cada escola, há que se ter claro que há algumas possibilidades e, dentro delas, a escola faz suas escolhas, de acordo com a carga horária que optou.

3 AS ESCOLAS DE PERÍODO INTEGRAL NA REGIONAL DE XANXERÊ

No início de 2004, sete escolas da rede estadual de ensino, na região de Xanxerê, iniciaram o ano letivo com funcionamento em período integral. Contudo, algumas peculiaridades podem ser citadas quanto ao funcionamento inicial de cada uma das unidades, seja pelo tempo de permanência, planejamento, formação profissional, atividades realizadas ou demais aspectos únicos de cada estabelecimento, podem-se notar alguns que são comuns; porém, muitos outros que individualizam a prática das escolas, merecem tratamento específico.

3.1 AS OPÇÕES DE CADA UNIDADE ESCOLAR

A opção da maioria das escolas foi pela implantação inicial em um número reduzido de turmas, com a projeção de ampliação gradativa. Houve, ainda, a opção pelo tempo diário de funcionamento, que poderia variar de seis a oito horas, possibilitando ser aplicado em três, quatro ou nos cinco dias letivos semanais, dependendo das necessidades e escolhas da comunidade escolar. A proposta estadual era uma nova forma de currículo, determinado pela unidade escolar, mantendo as disciplinas regulares e os conceitos mínimos estabelecidos e em conformidade com a Proposta Curricular de Santa Catarina. A sugestão de currículo complementar poderia ser integrado às disciplinas regulares ou em contra turno.

Atualmente a Secretaria de Estado disponibiliza opções de disciplinas diversificadas que podem ser escolhidas dependendo as necessidades de cada escola, bem como dentro da disponibilidade de profissionais e espaço físico.

3.2 A REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR EM ESTUDO

A escola observada foi uma das sete Unidades Escolares da regional de Xanxerê que implantaram o projeto em 2004. Após reuniões com os conselhos escolares, com os profissionais efetivos na escola e pais, optou-se por iniciar o período integral com turmas de 1ª e 2ª Série. A grade curricular implantada, além das disciplinas regulares, abrangia a área das artes, ciências, linguagens, esporte e cultura, de forma a totalizar 25 aulas semanais, ou seja, de segunda a sexta-feira, os referidos alunos permaneceriam 8 horas diárias com atividades escolares. As aulas eram integradas e ministradas basicamente por professores efetivos, com exceção das disciplinas relacionadas ao esporte.

Na oportunidade foram imprescindíveis leituras, estudos e a orientação dos responsáveis pelo projeto, bem como a ousadia e capacidade de liderança da gestão, favorecendo a ação educativa e os benefícios sociais de uma escola que funciona o dia todo, cinco dias da semana, com grade curricular de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2

GRADE CURRICULAR ESCOLAR
2010
Séries Iniciais

REGULAR

DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
L PORTUGUESA	05
MATEMATICA	05
CIENCIAS	03
HISTORIA	03
GEOGRAFIA	03
ED FISICA	03
ARTES	02
ENS RELIGIOSO	01

DIVERSIFICADA

DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
LITERATURA2	04
ESPAÑHOL	02
ARTES PLASTICAS 2	02
ARTES CÊNICAS 2	02
DANÇA 1	01
ESPORTE 2	02
INICIAÇÃO A PESQUISA 1	01
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA 2	02
JOGOS MATEMATICOS 1	01
JOGOS MATEMATICOS 2	02
TURISMO 2	02
SOCIOLOGIA 1	01
FILOSOFIA 1	01
HISTORIA LOCAL 2	02

Fonte: PPP da EEF Alexandre Antonioli

Gradativamente a escola foi adaptando e organizando tanto espaço físico quanto material e capacitação de profissionais.

3.3 OS PROFISSIONAIS

O aprender se dá com a possibilidade de mediação e interferência do profissional da educação. O professor tem função importante e decisiva no aprendizado do aluno, afinal é ele que, dentro de uma proposta da instituição, planeja, organiza atividades, interage diretamente com o aluno e identifica possíveis dificuldades no processo. Este significativo compromisso é potencializado em uma escola de período integral, podendo perceber especificamente na escola observada, localizada em Faxinal dos Guedes, um sucesso da atuação dos profissionais quando faziam parte do grupo docente por mais de um ano letivo, ou seja, quando o profissional se vê ligado à instituição e faz parte dela por alguns anos, criando um vínculo afetivo e um compromisso educativo com a comunidade escolar. Uma das atuais dificuldades da Unidade Escolar é a rotatividade de professores e a falta de formação para o trabalho no projeto, visto que as formações oferecidas foram logo após a implantação e a maioria dos profissionais que delas participaram, já não atuam mais por motivos diversos.

Com a experiência na escola citada, percebeu-se claramente a importância deste vínculo, que, de maneira alguma se refere ao profissional ser ou não efetivo. O que aqui justifica este vínculo é a probabilidade da continuidade de um trabalho de qualidade e o comprometimento, com as possibilidades de ampliação de conhecimento, além da oportunidade de permanência maior no estabelecimento.

3.4 OS ALUNOS

Em sua maioria, os alunos atendidos pela Escola em Período Integral são de comunidades carentes, possibilitando, à Escola Pública Integrada a melhoria de condições sociais, assim como melhoria cognitiva. Alunos que possuem acesso ao ensino privado têm a possibilidade de atividades extracurriculares ou cursos no turno oposto ao de estudo; a escola pública de funcionamento integral procura oportunizar essa condição a alunos de classes desprivilegiadas, dessa forma, uma oportunidade de inclusão social e equivalência educativa mediante a melhoria curricular. Contudo, não se pode considerar apenas o aumento de tempo e atividades oferecidas, mas a ampliação de qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Os alunos da escola analisada são oriundos do bairro em que a escola está localizada, bem como de bairros vizinhos, sendo em sua maioria filhos de operários e tarefeiros, portanto, de famílias carentes, sendo que a permanência maior na unidade escolar vem favorecer socialmente as famílias.

3.5 O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

O processo de ensinar e aprender não se dá solitário e independente. Vários fatores influenciam, neste ato, como fatores psicológicos, ambientais e sociais. Dessa forma, a organização do espaço e funcionamento de uma Unidade Escolar requer que se pense no aluno e sua possibilidade de aprender. A escola de período integral estudada teve a preocupação de solicitar a ampliação e reforma do espaço físico, com o intuito de atender adequadamente os alunos em atividades educativas das disciplinas específicas, bem como de atividades recreativas, de intervalo ou refeições. Em alguns momentos, buscaram-se parcerias e ajuda da comunidade escolar para a melhoria da escola.

Atualmente, tem funcionamento com a grade curricular de 25 aulas diversificadas, oferecendo quatro almoços semanais; as crianças permanecem em tempo integral de segunda a quinta-feira, sendo que na sexta-feira o período vespertino é destinado ao planejamento e estudos dos profissionais e os horários estão distribuídos de forma a integrar disciplinas regulares com as diversificadas. Entretanto, percebe-se a inquietação e pouca produtividade em turmas com troca constante de professores ou quando a metodologia usada não é atrativa para os alunos.

3.6 O APRENDIZADO

A ampliação de tempo e currículo na escola pública supõe oportunidades de aprendizado, contudo a esperada qualidade nem sempre é tão clara quanto se almeja e, em muitos casos, equivale a classes de turno único, segundo observações e dados de avaliações externas à escola, conforme se pode verificar em dados do IDEB de anos anteriores na escola e em comparativo com escolas do município (Quadro 3). Nos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação, em turmas de 4ª série, ao se comparar turmas regulares com a turma de EPI, no município, nota-se que não houve distinção significativa.

Quadro 3 — Números destacados: Ideb acima da meta projetada. Escola de Período Integral e escolas - regulares
Escolas Estaduais de Faxinal dos Guedes

4ª série / 5º ano										
Escola	Ideb Observado			Metas Projetadas						
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
EEB PROFª SALUSTIANO A CABREIRA	5.2	5.4		5.3	5.6	5.9	6.1	6.4	6.6	6.8
EEB PROFª TERTULIANO TURIBIO DE LEMOS		5.0			5.3	5.5	5.8	6.1	6.3	6.6
EEF ALEXANDRE ANTONIOLLI	4.6	4.9		4.8	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4

Escolas Municipais de Faxinal dos Guedes

4ª série / 5º ano											
Escola	Ideb Observado			Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ESC MUN DE 1 GRAU AIRO OZELAME	4.0	4.7	4.8	4.1	4.4	4.8	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2
ESC MUN DE 1 GRAU SANTA TEREZINHA	5.0	5.4	5.1	5.1	5.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.7	6.9
ESC MUN DE 1 GRAU TEREZA MIGLIORINI	4.2	4.6		4.4	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	

Fonte: www.mec.gov.br

Sendo o aprendizado um equilíbrio entre o conhecimento, a ação comprometida do professor e a motivação para aprender do aluno, sem considerar as interferências externas, percebe-se que a falta de preparo de alguns profissionais, a desmotivação e o pouco esforço em recuperar alunos com dificuldades, causa sérios danos no projetado sucesso da escola em período integral. Ao se observar alunos que permanecem 8 horas diárias, com conhecimento equivalente ou inferior à de alunos de mesma condição social e financeira que permanecem 4 horas na escola, torna-se urgente à análise para reconhecer onde se encontra a falha. Do mesmo modo que o aprendizado é um conjunto, a deficiência no seu processo ou a ausência do aprendizado não pode ser atribuído a apenas um dos fatores. Portanto, deve-se identificar a responsabilidade de cada envolvido e reorganizar a prática, a fim de que o objeto principal da escola, que é o conhecimento, seja efetivado e tenha significado.

Entre os responsáveis por este processo de ensino e aprendizagem, pode-se identificar o grupo docente, aluno, família e comunidade. O procedimento de apropriação de conhecimento dá-se pela união desses agentes. Logo, quando ocorre a falha de um deles, o aprendizado não acontece de forma completa. O que se percebe é que apesar dos problemas sociais e da localização em uma

comunidade com dificuldades, a escola em tempo integral consegue suprir algumas necessidades educacionais e outras sociais.

A compreensão de tudo isso é que, por haver famílias com problemas e uma comunidade com dificuldades de convivência, a Escola de Período Integral supre algumas necessidades que seriam responsabilidade da comunidade, do grupo familiar ou mesmo do poder público com medidas sociais. O fato de o docente estar aproximadamente 6 horas diárias com o aluno faz com que ele se torne o principal responsável pelo sucesso da apropriação do conhecimento, logo há responsabilidade do docente também no insucesso da aprendizagem.

4 CONCLUSÃO

Desde a implantação, a escola passou por algumas alterações no que diz respeito ao currículo, corpo docente e estrutura física.

Embora a escola tenha passado por reforma e ampliação, o espaço está organizado sem diferenciação alguma do Ensino Regular, ou seja, com exceção da sala apropriada para artes, as demais disciplinas diversificadas são trabalhadas na sala de aula de cada turma. Percebe-se aí um ponto determinante para o cansaço dos alunos, que não se refere somente ao cansaço físico, mas também mental, pois a permanência em atividades acadêmicas de mesma metodologia durante períodos longos, na grande maioria das vezes é a causadora de agitação nas classes e momentos de indisciplina. Neste fator está, diante do analisado, a causa da escola não se diferenciar das demais, mesmo tendo um funcionamento em tempo integral e, portanto, possibilidades de aprendizado ampliadas. O fracasso escolar ou de aprendizagem é geralmente atribuído a dificuldades de aprendizagem diagnosticadas em alguns alunos e na falta de interesse de outros, contudo ocorre apenas a detecção e não o trabalho para que elas sejam sanadas. Mesmo com orientação pedagógica, as formações oferecidas aos profissionais não apresentam continuidade pela rotatividade de profissionais. As aulas, pautadas no ensino tradicional, com pouca abertura a formas atrativas de aprender são outro fator. Mesmo possuindo, em seu Projeto Político Pedagógico, a adoção da proposta estadual fundamentada no aprendizado, sob uma abordagem sócio-histórica, a prática pedagógica é diferente. Por meio de observações de aulas, análise de cadernos de alunos, diários de professores e

planejamento de aulas, pode-se afirmar com segurança que o método de trabalho dos docentes não está favorecendo o aprendizado, por apenas reproduzir o conhecimento de forma tradicional, desconsiderando as orientações pedagógicas e curriculares do Estado de Santa Catarina.

A comunidade escolar considera o Período Integral importante, reconhecendo benefícios no aspecto social. Quando indagados a respeito da continuidade da Escola Pública Integrada, os pais são favoráveis, contudo se mostram contra a continuidade do Período Integral, na 5ª Série, pois consideram que seja cansativo e mais vantajoso que as crianças frequentem programas sociais que lhes ajude financeiramente.

Ainda é possível verificar que há uma distância ao se avaliar a prática e os objetivos do programa. A Escola Pública Integrada indica um trabalho em tempo integral, fator este que ocorre na escola estudada, contudo, não é realizado de forma qualitativa, por não favorecer possibilidades ampliadas e diversidade em seu contexto. A formação de parcerias com setores da comunidade local é um fator que diferenciou algumas escolas, possibilitando a participação da comunidade, a oferta de novas possibilidades aos alunos e o reconhecimento da importância de um trabalho coletivo, além da otimização do espaço físico escolar. Porém, na escola de Faxinal dos Guedes, não houve estabelecimento de parcerias além das que já eram existentes no ensino regular. A gestão não possibilitou, nem buscou novas parcerias que pudessem favorecer o processo de aprendizado. A gestão democrática, embora exista em alguns âmbitos, não é plena. É possível perceber que em Santa Catarina o princípio de escolha dos gestores já é um fator que não favorece a democracia e participação da comunidade, pois ainda ocorre pela forma de indicação política, o que se for analisado a fundo, é antidemocrático.

Baseado na avaliação da escola, as ações que possibilitariam a melhoria e eficiência no ensino em tempo integral passam pela forma de gestão, não somente escolar, mas gestão da Escola Pública Integrada. A possibilidade de formação profissional, a criação de uma cultura que valorize o programa e a aceitação pela comunidade local são efetivados a partir da projeção do sucesso que não pode ser interpretado somente como bons índices numéricos de avaliação. Notas altas e melhores resultados em avaliações são importantes, contudo a formação de um cidadão que consiga aplicar os conhecimentos dos quais se apropriou é indispensável. Condicionar e manter o aluno, indiferente de nível

e idade, 4 ou 8 horas diárias sentado, fechado em uma mesma sala, com atividades de disciplinas diversificadas, contudo mantendo a mesma metodologia, sem valorizar as diversidades, é, no mínimo, injusto. Assim, é possível afirmar que o que há de se ajustar na escola, ao se tratar de Educação em Tempo Integral, são fatores internos e essencialmente de ordem gestora e metodológica.

Para finalizar, não há uma proposta fixa para melhorar a qualidade da Escola Pública Integrada e efetivar o seu sucesso, se fosse possível fornecer orientações precisas que pudessem ser aplicadas a qualquer instituição não haveria erros e equívocos. São um conjunto de fatores que são moldados de acordo com cada situação e cabe ao gestor esta tarefa. Isso, sem deixar defasagens educacionais ocorrerem, o que passa pela avaliação, que deve ser ampla e consciente, com o objetivo de planejar e melhorar o processo de aprendizagem e deve ocorrer em todos os níveis, desde a verificação e diagnóstico do aprendizado do aluno, até a avaliação institucional.

Abstract

The full time school has been an attempt to join factors that can supply educational and social failure at the same moment, usually this type of school is inserted in economically disadvantaged communities. And with the objective to identify and establish a diagnostic about the operation of full time schools, with a emphasis in a School Units belonging at Xanxerê Regional, to do this, is necessary understanding of school practices, managements and curriculum, is important to propose possible types to organization of school in full time. The study describe the operation of study school unity, covering aspects that curriculum, management and quality of education. We analyzed data provided by the school, made observations about professional work methodology and about the general school function, as well as legal guidelines determined by the Secretary of Education of Santa Catarina. Through the development of the present study, was possible we observed that is necessary identify failures and pinpoint possible solutions to problems and difficulties, what is possible through a institutional evaluation, that is not yet present on school analyzed. It was observed that learning and an indiscipline problem, for example, are in large part a result of the lack of a truly

democratic management and articulates opportunities for improving the quality of lessons, because the methodology of work is limited to quality.

Keywords: Full time school. Day school. School management. Democratic school Management. School quality.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo (versão preliminar)**. MOREIRA, Antonio; ARROYO, Miguel G. (Coord.). Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Básica, nov. 2006.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007.

GOMES, Aurélia L. **O projeto escola pública integrada em Santa Catarina: o oferecimento das escolas de tempo integral nas escolas da rede pública estadual de ensino**. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC33.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2010.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. **Caderno Cenpec**. Educação Integral, n. 2, 2006a. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/etm_1.php?t=001>. Acesso em: 17 out. 2010.

GONÇALVES, Antonio Sérgio; PETRIS, Liliane. **Escola de tempo integral: a construção de uma proposta**. São Paulo: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 2006.

GUARÁ, Isa Maria F. R. **Educação integral: articulação de projetos e espaços de aprendizagens**. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/modules/xt_conteudo/index.php?id=46>. Acesso em: 31 out. 2010.

MATSUURA, Koichiro. **Qualidade da educação: desafio do século 21**. Notícias Unesco, Brasília, DF, n. 25, set./dez. 2004.

PARO, V. H. et al. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez, 1988.

RIBEIRO, V. M.; GUSMAO, J. B. Indicadores de qualidade mobilizam a escola. **Cadernos CENPEC**, v. 3, p. 59-73, 2007.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: disciplinas curriculares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina - SED. **Por que uma escola de tempo e currículo integral?** 2008. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/educadores/escola-publica-integrada/410-por-que-uma-escola-de-tempo-e-curriculo-integral>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia **Projeto Estruturante Escola Pública de Tempo Integral**. 2003. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/.../doc.../422-projeto-escola-publica-integrada>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

TEIXEIRA, **A educação não é privilégio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

Recebido em 6 de dezembro de 2011
Aceito em 22 de dezembro de 2011

